



Apresentação de uma revista

Desde a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1980, houve muitas mudanças, e significativas, na conservação e restauro em Portugal. Sem pretensão de exaustão, pode-se enumerar o progressivo ganho de visibilidade e autonomia institucional adquiridas por esta área; a oferta de formação de nível superior por várias escolas e a criação noutras de pós-graduações envolvendo a conservação e restauro; a constituição de equipas multidisciplinares, ainda que temporárias, para apoio e acompanhamento de algumas intervenções; o desenvolvimento de estudos integrados em programas internacionais; a realização de exposições, encontros e simpósios sobre a conservação e restauro; o surgimento, com alguma frequência, de contribuições portuguesas em reuniões e publicações periódicas internacionais; a edição de colecções especificamente dedicadas à conservação e restauro e a inclusão de capítulos dedicados a assuntos desta área em publicações, periódicas ou não, ligadas à história da arte, arqueologia ou museologia; a organização dos conservadores em associações e ateliers de conservação e restauro.

Não obstante todo este processo de renovação, determinadas práticas não estão ainda suficientemente consolidadas e alguns aspectos da conservação e restauro parecem necessitar de novos estímulos e incentivos e de novos progressos.

Nesta situação de insuficiente desenvolvimento se encontra a questão da publicação, a qual na área da conservação e restauro apresenta marcadas especificidades. Com efeito, na área da conservação e restauro, particularmente em Portugal, o hábito da publicação não ganhou ainda uma dimensão significativa, em contraste com o que se passa, por exemplo, na química, na história da arte ou na arqueologia. Enquanto nestas áreas um dos objectivos dos estudos realizados, por vezes o principal, é a publicação dos resultados alcançados, na área da conservação e restauro, em que o objectivo último de uma intervenção geralmente é a resolução de um problema prático envolvendo determinada obra ou conjunto de obras e não o esclarecimento de um certo assunto, a divulgação pública do trabalho efectuado e das observações feitas a propósito das obras em causa é uma componente secundária deste processo, por vezes, mesmo, uma componente dispensável. Entre outras razões que poderão estar subjacentes a esta situação, pode-se apontar o estatuto dos conservadores, a formação académica em que tradicionalmente a componente artística tinha geralmente um papel fulcral e a urgência e os objectivos com que são realizadas muitas das intervenções de conservação e restauro.

Em Portugal, até há pouco, a publicação por parte de conservadores era, assim, extremamente reduzida, nalgumas

áreas praticamente inexistente. O desenvolvimento de alguns ramos da conservação e restauro, designadamente a conservação preventiva – possivelmente aquele que mais se aproxima das ciências exactas e naturais –, o surgimento de algumas publicações periódicas, ainda que nalguns casos não tenham a conservação e restauro como assunto central, e a produção de volumosos catálogos de exposições têm mudado um pouco a situação, mas não ainda o suficiente. Sucede, de facto, que a maior parte da informação actualmente obtida pelos conservadores, por vezes com relevância para outras disciplinas, continua dispersa por arquivos e não é facilmente acessível e, por outro lado, verifica-se que as contribuições portuguesas em revistas internacionais, não por acaso, envolvem estudos laboratoriais na maior parte dos casos.

Se a publicação, em geral, vale sobretudo pela disseminação do conhecimento que proporciona, no caso específico da conservação e restauro pode-se apontar uma outra razão não menos importante: permite algum acompanhamento de intervenções sobre obras do nosso património cultural que, muitas vezes, são feitas por conservadores isolados que não têm oportunidade de trocar opiniões sobre os problemas com que deparam. Este acompanhamento, porque feito *a posteriori*, evidentemente que não terá consequências na obra em causa, mas o processo de publicação pode vir a influir em futuras intervenções.

É neste contexto que surge a revista *Conservar Património*, que pretende proporcionar um espaço aos conservadores-restauradores para a divulgação regular dos seus estudos e actividades. Porém, numa época em que a conservação e restauro tenta desenvolver-se através da colaboração com outras áreas, designadamente, a história da arte, a arqueologia, a museologia, a química, a física, a biologia e outras disciplinas da área das ciências exactas e naturais, a revista pretende igualmente acolher as contribuições com qualquer outra proveniência desde que incidam sobre a materialidade das obras que constituem o nosso património cultural.

A revista *Conservar Património* pretende ser uma revista científica – e aqui julga-se estar uma das suas mais importantes características.

Isto não significa que pretende divulgar estudos laboratoriais, mais frequentemente designados como estudos científicos, mas antes que quer divulgar estudos relacionados com a materialidade do património conduzidos segundo uma metodologia científica, isto é, assentes em princípios bem definidos, realizados de forma rigorosa, com resultados e conclusões que podem ser sujeitos à avaliação e crítica por pares. Portanto, a revista publicará estudos laboratoriais realizados segundo uma metodologia científica, mas igualmente os estudos efectuados por conservadores, historiadores, arqueólogos ou pessoas com outra formação, elaborados de

acordo com essa mesma metodologia. A revista não apreciará as contribuições segundo a sua proveniência, seja esta entendida em termos da área disciplinar predominante, seja em termos dos seus autores, mas apenas pelo valor intrínseco de cada uma. Ainda que publicada pela Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP), as suas páginas estão abertas a todos, independentemente de pertencerem ou não a esta associação.

Sendo uma revista científica, as contribuições serão, de uma forma geral, anonimamente avaliadas por pares com vista, precisamente, à manutenção do patamar de qualidade que pretende erguer e manter. As sugestões de alteração de uma contribuição que eventualmente podem resultar dessa avaliação, como sucede em qualquer outra revista com semelhante mecanismo de controlo, baseiam-se no facto de que algum distanciamento geralmente permite uma melhor apreciação dessa mesma contribuição e, por outro lado, pretendem contribuir para a sua valorização.

A revista, com uma periodicidade semestral, contará com diversas secções, conforme a natureza e o fôlego das contribuições, designadamente as seguintes:

- *Estudos*, para as contribuições mais importantes, que poderão dar conta de tratamentos de conservação efectuados com recurso a estudos envolvendo outras áreas, apresentar estudos realizados sem qualquer relação com intervenções de conservação e restauro ou fazer o ponto da situação a respeito dos materiais, das técnicas, da história ou das metodologias de intervenções;

- *Intervenções*, onde serão apresentadas intervenções de conservação realizadas sem o recurso a estudos laboratoriais ou outros;

- *Opiniões*, para a divulgação de opiniões pessoais, devidamente justificadas, sobre os diversos aspectos envolvidos na conservação; aqui serão incluídas eventuais contribuições recebidas na forma de cartas, bem como comentários a contribuições publicadas na revista;

- *Notas*, secção dedicada à divulgação de notícias sobre acontecimentos relevantes ou resenhas sobre outras publicações.

Salvo as notícias destinadas à secção de notas e as colaborações convidadas, todas as contribuições serão alvo de avaliação por pares.

Embora a revista privilegie a utilização da língua portuguesa, entre outras razões, para poder contribuir para o estabelecimento e fixação de um vocabulário técnico em português relacionado com a conservação e a materialidade das obras, poderão igualmente ser publicadas contribuições noutros idiomas, designadamente, inglês, francês ou espanhol.